Relatoria Fórum da Internet no Brasil (FIB 15)

Título do *workshop*: Enfrentando deepfakes: como promover a integridade da informação na desordem informacional?

Proponentes: Lauro Accioly, Universidade Estadual da Paraíba com mestrado sanduíche na American University (Washington DC), **Comunidade Científica e Tecnológica.**

Palestrantes: Gustavo Souza, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), **Governo;** Natália Levien Leal, Lupa, **Setor empresarial;** Gabriela de Almeida Pereira, Redes Cordiais, **Sociedade Civil;** Lauro Accioly, Universidade Estadual da Paraíba com mestrado sanduíche na American University (Washington DC), **Comunidade Científica e Tecnológica.**

Relatoria: Diego Rodrigues de Abreu, **Academia,** Faculdade dos Carajás.

Moderador (a): Júlia Maria Caldeira Gertrudes, Instituto de Referência em Internet e Sociedade (Iris), terceiro setor

SÍNTESE DOS POSICIONAMENTOS E PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS PALESTRANTES E PARTICIPANTES

Júlia (mediadora) introduziu o painel contextualizando o que são deepfakes: conteúdos hiper-realistas criados com inteligência artificial que, mesmo para pessoas com alto letramento digital, tornam-se difíceis de distinguir da realidade. Apontou como essas tecnologias alimentam um "caos desinformacional", com efeitos tanto localizados quanto de grande escala.

Lauro (pesquisador acadêmico) apresentou o fenômeno das deepfakes como um desafio multifacetado, com impactos diretos na política, na democracia e na integridade das instituições. Usou como exemplo o caso de um vídeo falso do ex-presidente dos EUA, Donald Trump, que foi utilizado por grupos da extrema direita como prova de perseguição política. Destacou o uso crescente dessas tecnologias durante períodos eleitorais em países como França, Angola e Brasil. Ressaltou o caráter fragmentado das respostas institucionais ao problema, o que contribui para sua perpetuação. Chamou atenção para a necessidade de conter o acesso irrestrito a ferramentas de IA generativa e a urgência de se pensar soluções estruturais, e não apenas reativas.

Gustavo (governo) enfatizou a vulnerabilidade generalizada da população diante das deepfakes, mesmo entre os que possuem letramento digital. Chamou a atenção para os impactos ainda mais graves entre crianças e idosos, que enfrentam maiores barreiras cognitivas. Aproveitou o momento do painel para fazer o **lançamento do livro “Enfrentando Deepfakes”**, desenvolvido **pelos próprios painelistas e outros autores de diferentes regiões do Brasil, majoritariamente pessoas negras.** O livro traz reflexões, mapeamento de casos e

propostas para o enfrentamento do problema no contexto nacional. Gustavo pontuou ainda que a ameaça das deepfakes não se limita ao dano individual, pois também contribui para o esvaziamento da confiança social e institucional.

Natália, da Agência Lupa, destacou o papel da imprensa e da verificação de fatos como mecanismo de contenção dos danos. Trouxe dados de uma pesquisa interna que identificou um crescimento de 10 vezes na produção de peças manipuladas por IA entre 2024 e 2025. Chamou atenção para a monetização desses conteúdos falsos, citando perfis ligados à extrema direita que lucraram quase R\$ 300 mil com desinformação. A Lupa, segundo ela, atua com investigação jornalística e uso de ferramentas internas de rastreamento, contribuindo para a remoção de conteúdos falsos e promoção de um ecossistema informacional mais íntegro.

Gabriela, representando o terceiro setor, abordou a interseção entre desinformação e desigualdade racial. Resgatou o caso histórico de 1992 em Salvador, quando uma mulher negra foi vítima de boatos e intolerância religiosa, resultando em sua morte – um episódio emblemático que revela como o racismo potencializa os danos da desinformação. A partir disso, propôs a ideia do "amor como prática política", defendendo uma atuação mais empática, comunitária e acessível na educação midiática. Ressaltou a necessidade de traduzir temas complexos em linguagem simples e de criar redes de ação coletiva para responder a um problema também coletivo.

IDENTIFICAÇÃO DE CONSENSOS, DISSENSOS E PONTOS A APROFUNDAR

Consensos identificados:

1. As deepfakes são uma ameaça real e crescente, com impacto direto sobre a democracia, instituições e segurança informacional:

Todos os painelistas concordaram que as deepfakes representam uma ferramenta poderosa de desinformação e manipulação, sendo utilizadas tanto por atores políticos quanto por indivíduos mal-intencionados.

2. A vulnerabilidade da população, especialmente de grupos marginalizados, frente às deepfakes:

Foi consenso que pessoas com menor acesso à educação midiática — como idosos, crianças, pessoas negras e periféricas — estão mais expostas aos efeitos nocivos dessas tecnologias.

3. A insuficiência das respostas regulatórias e institucionais:

A abordagem atual, fragmentada e reativa, não é suficiente para conter os impactos das deepfakes. É necessária uma atuação multissetorial, com regulação efetiva, educação midiática e limitação do acesso irrestrito a tecnologias sensíveis.

4. A importância da cooperação entre diferentes setores (academia, imprensa, sociedade civil):

Houve convergência na defesa de soluções articuladas, como o uso de jornalismo investigativo, pesquisa científica aplicada e educação comunitária como caminhos complementares para mitigar os danos.

5. A urgência da educação midiática acessível:

Todos ressaltaram a necessidade de alfabetização digital, principalmente em linguagens acessíveis, para que as pessoas possam identificar e reagir às manipulações.

Dissensos ou divergências sutis:

1. Enfoque sobre a origem do problema: tecnologia ou estrutura social?

Enquanto Lauro enfatizou a necessidade de mitigar o problema "na raiz", limitando o acesso às ferramentas de IA generativa, Gabriela e Gustavo deram maior ênfase à construção de respostas sociais, educativas e comunitárias como forma de enfrentamento. Há, portanto, um leve contraste entre uma abordagem mais tecnocêntrica e outra mais sociocultural.

2. Judicialização como resposta prioritária:

Gustavo indicou que a judicialização é o caminho mais rápido para vítimas de deepfakes. No entanto, Gabriela relativizou o impacto desse tipo de solução para grupos em vulnerabilidade, sugerindo que, enquanto não há políticas públicas estruturadas, ações locais e educativas devem ter protagonismo. Isso sugere um dissenso sobre qual resposta é mais eficaz ou prioritária.

Pontos a aprofundar:

Diante da limitação de tempo e da complexidade do tema, alguns aspectos importantes foram apenas tangenciados e poderiam ser mais desenvolvidos em futuros debates, publicações ou ações intersetoriais:

1. Regulação das plataformas e do perfilamento emocional:

A partir de uma pergunta do público, foi citada a importância de se discutir o perfilamento emocional de usuários pelas plataformas digitais. Embora tenha sido mencionada a existência de iniciativas do Governo, como o Programa de Enfrentamento à Desinformação, o painel não teve tempo suficiente para aprofundar os desafios técnicos e jurídicos dessa regulação, sobretudo em relação ao equilíbrio entre liberdade de expressão, privacidade e segurança informacional.

2. **Governança algorítmica e responsabilidade dos desenvolvedores de IA:**
A menção à necessidade de limitar o acesso irrestrito a ferramentas de criação de deepfakes aponta para uma questão mais ampla: a governança algorítmica e o papel das empresas desenvolvedoras de inteligência artificial. Faltou tempo para explorar, por exemplo, propostas sobre auditoria de sistemas automatizados, responsabilização por danos causados e mecanismos de transparência.
3. **Integração com políticas públicas em escala nacional:**
O painel trouxe referências pontuais a políticas públicas, como a inclusão do letramento digital nas escolas, mas não houve espaço suficiente para detalhar como essas políticas estão sendo implementadas, nem como podem dialogar com as demandas regionais e os desafios das populações vulnerabilizadas.
4. **Monetização da desinformação: rastreamento e contenção de fluxos financeiros:**
Foi apresentado o dado de que perfis com atuação desinformativa lucraram cerca de R\$ 300 mil com conteúdo falso, o que revela a existência de uma cadeia de financiamento da desinformação. Seria importante, em momentos futuros, aprofundar os caminhos para rastrear essas práticas, punir seus responsáveis e cortar os incentivos econômicos que sustentam esse ecossistema.
5. **Acesso à justiça para vítimas de deepfakes:**
Embora tenha sido mencionado que a judicialização pode ser uma resposta rápida para quem sofre danos com deepfakes, o painel não teve tempo para discutir as barreiras práticas enfrentadas pelas vítimas — sobretudo aquelas em contextos de vulnerabilidade — para acessar o sistema de justiça, obter provas técnicas e garantir reparação adequada.